

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: um estudo de caso junto aos jovens que cursam o ensino médio integrado ao ensino técnico no IFCE – *Campus Fortaleza*

Francisca Rejane Bezerra Andrade¹

Juliane Barros Cruz²

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre as percepções dos jovens que cursam o ensino médio integrado ao ensino técnico no Instituto Federal do Ceará (IFCE) – *Campus Fortaleza*. Para tanto, busca-se realizar uma abordagem sobre a educação profissional brasileira, incluindo a análise dos Decretos nº 2.208/97 e nº 5.154/2004, na tentativa de compreender os impactos dessa modalidade de ensino na vida dos jovens entrevistados. Diante do exposto, tenciona-se contribuir para as reflexões acerca do crescimento dos Institutos Federais e da educação profissionalizante e o impacto desse crescimento na vida das juventudes cearenses. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa no IFCE – *Campus Fortaleza* foi o estudo de caso, possuindo uma natureza qualitativa e quantitativa, e utilizou-se do questionário, que foi aplicado junto aos jovens do primeiro semestre do curso técnico de informática no ano de 2015. Desse modo, os métodos utilizados durante a pesquisa possibilitaram considerações acerca da temática “juventudes e educação profissional”, particularmente no que diz respeito ao ensino técnico integrado ao ensino médio.

Palavras-chave: Juventudes. Ensino médio integrado. Educação profissional.

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora em Ciências da Educação pela J. W. Goethe Universität Frankfurt/Alemanha. Coordenadora do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (JEPTRA/UECE). Pesquisadora CNPq. E-mail: rejane.bezerra@uece.br.

2 Graduada em Serviço Social. Pesquisadora do JEPTRA/UECE. E-mail: julianejbc@hotmail.com.

YOUTH AND PROFESSIONAL EDUCATION: a case study with young people who attend high school integrated into the technical education in IFCE – *Campus Fortaleza*

ABSTRACT

This article aims to reflect on the perceptions of young people who attend high school integrated into the technical education at the Federal Institute of Ceará (IFCE) – *Campus Fortaleza*. Therefore, we seek to carry out an approach to the Brazilian professional education, including analysis of Decrees 2.208/97 and 5.154/2004, in an attempt to understand the impacts of this type of education in the lives of young people interviewed. Given the above, it is intended to contribute to the reflections on the growth of the Federal Institutes and vocational education and the impact of this growth on the lives of Ceará youths. The methodology used to conduct the survey in IFCE – *Campus Fortaleza* was the case study, having a qualitative and quantitative nature, and used the questionnaire, which was applied to young people in the first half of the computer technician course in the year 2015. Thus, the methods used during the research made possible considerations on the theme “youth and professional education”, particularly with regard to the integrated technical education to high school.

Keywords: Youths. Integrated high school. Professional education.

LA JUVENTUD Y LA EDUCACIÓN PROFESIONAL: un estudio de caso con los jóvenes que asisten a la escuela secundaria integrada en la educación técnica en IFCE – *Campus Fortaleza*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las percepciones de los jóvenes que asisten a la escuela secundaria integrada en la educación técnica en el Instituto Federal de Ceará (IFCE) – *Campus de Fortaleza*. Por lo tanto, tratamos de llevar a cabo una aproximación a la educación profesional de Brasil, incluyendo el análisis de los decretos 2.208/97 y

5.154/2004, en un intento de comprender los impactos de este tipo de educación en la vida de los jóvenes entrevistados. Teniendo en cuenta lo anterior, se pretende contribuir a las reflexiones sobre el crecimiento de los Institutos Federales y la formación profesional y el impacto de este crecimiento en la vida de los jóvenes de Ceará. La metodología utilizada para llevar a cabo la encuesta en IFCE – *Campus Fortaleza* fue el estudio de caso, que tiene un carácter cualitativo y cuantitativo, y se utilizó el cuestionario, que se aplicó a los jóvenes en la primera mitad del curso técnico de computadoras en el año 2015. Por lo tanto, los métodos utilizados durante la investigación llevada a cabo posibles consideraciones sobre el tema “la juventud y la educación profesional”, en particular con respecto a la enseñanza técnica integrada a la escuela secundaria.

Palabras clave: Jóvenes. La escuela secundaria integrada. La educación profesional.

Introdução

Ao final da década de 1990, instituiu-se um novo reordenamento para a educação profissional brasileira: ela foi reformada com a instauração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e do Decreto Federal nº 2.208/97 – o qual referenda uma estrutura diferenciada para o ensino profissionalizante, ao passo que dissocia o ensino médio do ensino técnico, consolidando o dualismo entre a formação geral (propedêutica) e a formação profissional no país.

Este movimento se torna claro quando o artigo 5º do Decreto nº 2.208/97 define a educação profissional técnica com organização curricular própria e a separa do ensino médio, podendo ser ofertada concomitante ou de forma sequencial a ele. Isso configura, de acordo com Manfredi (2002), um desenho de ensino médio que separa a formação acadêmica da educação profissional.

Essa dualidade persistiu até o início do Governo Lula, quando o Decreto nº 2.208/97 foi revogado pelo Decreto nº 5.154/2004, “a partir de discussões e debates sobre o desafio de conceber e levar a efeito um

curso capaz de atender simultaneamente às duas vertentes, a de servir à conclusão da educação básica e a de levar a uma formação técnica especializada” (VIAMONTE, 2011, p. 42). Com a revogação do Decreto nº 2.208/97, o Governo Federal assumiu o compromisso social de reconstruir a educação profissional como política pública:

E corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2005 apud FRIGOTTO et al., 2005, p. 1089).

O Decreto nº 5.154/2004 confere uma identidade na qual possibilita uma formação que contribua para se superar a dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica. A retomada de discussões sobre o tipo de educação ofertada contribuiu para importantes reflexões sobre as possibilidades e efetivação de sua implementação nas escolas brasileiras, principalmente quando se discutia as condições materiais para essa efetivação, ou seja, do ensino médio integrado ao ensino técnico. Destaque-se, portanto, que:

Essa solução é transitória (de média ou longa duração) porque é fundamental que se avance numa direção em que deixe de ser um luxo o fato dos jovens das classes populares poderem optar por uma profissão após os 18 anos de idade. Ao mesmo tempo, é viável porque o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 43 apud BRASIL, 2007, p. 24).

No Decreto nº 5.154/2007, a educação profissional, pautada no artigo 39 da LDB, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I – qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada

de trabalhadores; II – educação profissional técnica de nível médio; III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

É importante observar que no parágrafo 1º, do artigo 4º deste Decreto, está prevista a forma como se dará a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, n.p.).

Sobre o ensino médio integrado, é relevante inferir que essa terminologia é utilizada no Brasil para caracterizar a educação geral ou propedêutica articulada à educação profissional de nível médio. O termo “integração” traz uma ideia de junção, união ou aglutinação de conteúdos ou disciplinas em um currículo escolar. Davini (1983) define currículo integrado como sendo um plano pedagógico que corresponde a uma organização institucional e que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade.

O currículo integrado tornou-se uma possibilidade de inovação pedagógica na concepção de ensino médio: “Nessa concepção não há uma separação hierárquica entre a técnica e a tecnologia, e sim uma unidade” (PACHECO, 2012, p. 10). Porém, é necessário que essa modalidade de ensino adquira uma identidade própria e, dessa forma, contribua para a formação integral do aluno. Para Moura (2007, p. 20) seria

uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural cultura geral *versus* cultura técnica, [...] à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos [...]

Ao abordar o termo integração, Ramos (2008) aponta que o primeiro sentido atribuído é filosófico, expressando uma concepção de formação humana, que integra todas as dimensões da vida no processo formativo: não se sabe ao certo a que formação está relacionada, geral ou profissionalizante, mas se sabe que orienta tanto a educação básica quanto a educação superior.

A integração, no primeiro sentido, possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS, 2008, p. 3).

Assim, a importância do ensino médio integrado está para além da categoria trabalho: pauta-se também na cultura, ciência e tecnologia, pois estas também são fundamentais para o entendimento do processo produtivo. Conforme Ramos (2005 apud NOGUEIRA; CASTAMAN, 2014), o trabalho é inerente ao homem e é por meio dele que são produzidos o conhecimento, a cultura e os bens necessários à sua sobrevivência, abandonando a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.

O segundo sentido atribuído à integração está voltado para as formas de integração do ensino médio com a educação profissional. Nesse aspecto, o ensino técnico representa estratégias importantes para os setores populares a partir do momento em que fortalece os jovens em sua emancipação e desenvolvimento.

O ensino técnico articulado com o ensino médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e a cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção à politécnica como configuração da educação média de uma sociedade pós-capitalista (SIMÕES, 2007, p. 84).

O terceiro sentido dado à integração está na totalidade curricular, que compreendem os conhecimentos gerais e específicos do respectivo curso. O conhecimento específico não pode ser definido sem observar o contexto em que ele se aplica, ou seja, a relação entre esses dois tipos de conhecimentos deve ser construída ao longo da formação sob as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura.

Na atual conjuntura, é essencial estar ciente de que a expansão da oferta do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio não objetiva a universalização, e sim uma educação politécnica ou tecnológica. E mais: é premente pensar como a população jovem tem sido inserida nesses espaços, levando-se em conta seus anseios e limitações – e não apenas a preocupação com a profissionalização.

Agora, após essa breve introdução, direciona-se o olhar para a pesquisa contemplada neste artigo e destaca-se que a metodologia utilizada foi o estudo de caso. Ele está voltado para a realidade objetiva, investigativa e interpretativa dos fatos sociais, além de colaborar na análise dos dados para a formação da realidade investigativa. Como destaca Diniz (1999, p. 46), “o estudo de caso é utilizado na análise das particularidades de situações concretas, é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais”.

O estudo de caso foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), localizado no bairro Benfica, na cidade de Fortaleza. Os sujeitos da pesquisa foram alunos do primeiro semestre, com idades de 14 a 18 anos, que cursavam o ensino médio integrado ao curso técnico de informática no ano de 2015 – escolhido devido à facilidade de acesso e comunicação, e o período foi selecionado com o objetivo de compreender a meta dos jovens que buscam essa modalidade de ensino.

Para a coleta de dados, foi realizada a observação simples, pois segundo Gil (1991), vai além da simples constatação dos fatos, seguida do processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização dos processos científicos.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário semiestruturado, o qual contribuiu para a coleta de dados quantitativos e qualitativos dos alunos e da coordenadora do curso técnico de informática. Ele tem por “objetivo o conhecimento de opiniões, crenças,

sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1991, p. 124).

Foram aplicados, no dia 25 de abril de 2015, 21 questionários junto aos alunos do curso técnico integrado de informática e durante a aula da disciplina de português. Abaixo encontra-se o perfil dos alunos pesquisados e, como forma de garantir os seus anonimatos, utilizou-se o termo “Jovem” para todos eles e adicionou-se os números do 1 ao 20, como descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Perfil dos jovens pesquisados.

Nome	Idade	Sexo
Jovem 1	15	Feminino
Jovem 2	14	Masculino
Jovem 3	15	Masculino
Jovem 4	15	Masculino
Jovem 5	18	Masculino
Jovem 6	15	Feminino
Jovem 7	15	Masculino
Jovem 8	15	Masculino
Jovem 9	14	Masculino
Jovem 10	14	Feminino
Jovem 11	15	Masculino
Jovem 12	15	Masculino
Jovem 13	15	Masculino
Jovem 14	15	Feminino
Jovem 15	14	Feminino
Jovem 16	15	Masculino
Jovem 17	15	Masculino
Jovem 18	15	Feminino
Jovem 19	15	Masculino
Jovem 20	15	Masculino
Jovem 21	15	Masculino

Fonte: Pesquisa direta (2015).

Em resumo, a maioria dos jovens pesquisados era do sexo masculino e tinha majoritariamente 15 anos de idade, sendo que somente o Jovem 5 está fora da faixa etária para realizar o primeiro semestre do

ensino médio. Essa característica de ter mais alunos do que alunas vai de encontro com um estudo realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Universidade Federal de Viçosa (UFV): há uma predominância de estudantes do sexo masculino nas áreas mais tecnológicas. Para Brisolla e Vasconcellos (2010), mesmo persistindo essa composição de predominância masculina nas áreas científicas e tecnológicas, bem como em cargos de chefia, é preciso começar a se pensar de forma otimista as relações de gênero, tendo em vista os avanços da emancipação feminina e das demais evoluções ao longo do tempo.

No próximo tópico, será tratada a política de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) no Brasil e sua relação com a oferta de educação profissional no IFCE – *Campus Fortaleza*.

A rede federal de educação profissional e tecnológica e o IFCE – *Campus Fortaleza*: da expansão ao acesso à educação profissional pública no Brasil

A rede federal de educação profissional e tecnológica é composta por um conjunto de instituições federais de ensino, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível médio e superior. Sua origem legal ocorreu em 29 de dezembro de 2008, data em que foi sancionada a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), a qual instituiu a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, bem como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Além dos Institutos Federais (IFs), compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica: Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e todas as escolas técnicas ligadas às universidades federais.

A rede federal de educação profissional apresentou crescente expansão nos anos de 2007 a 2010, chegando a um aumento de mais de 110%, em virtude da política de expansão dos Institutos Federais por

meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual instituiu a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Para Colombo (s/d, p. 8), “A expansão da rede federal, para além de novas unidades, avança num novo modelo de instituição [...] para atender às demandas de toda a educação nacional, inclusive apoiando e se articulando com as necessidades de cada estado”.

Inicialmente foram criados 38 IFETs em todo o Brasil. Vale ressaltar que eles têm como objetivo aumentar a oferta de vagas da rede federal de ensino em regiões com reduzido índice de atendimento, assim como ampliar o desenvolvimento econômico e social dessas localidades.

Como princípio, em sua proposta político-pedagógica, os IFETs devem ofertar: educação básica, educação profissional técnica de nível médio, ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias; programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Eles se igualam às universidades federais no que diz respeito ao seu funcionamento, às suas pesquisas e às suas ações de extensão. Também possuem apoio de programas ministeriais e autonomia no gerenciamento dos custos, na alteração da matriz de oferta dos cursos, no registro de diplomas e na certificação das competências profissionais.

Nota-se que essas instituições apresentaram um novo marco no quadro das políticas educacionais a partir do Governo Lula, visto que passaram por mudanças significativas em um curto período de tempo e, mesmo apresentando dificuldades de ordem financeira, estrutural e de recursos humanos, conseguiram expandir a democratização do acesso.

O IFCE foi criado oficialmente em 2008 pela Lei nº 11.892, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que transformou os CEFETs em IFs. Atualmente, apresenta 27 unidades que estão distribuídas em todas as regiões do Ceará e atende mais de 20.000

estudantes, possuindo 84 cursos técnicos e 63 cursos superiores, entre graduações tecnológicas, bacharelados e licenciaturas.

O IFCE – *Campus Fortaleza*, universo da pesquisa contemplada neste artigo, apresenta cursos técnicos, divididos em concomitante, integrado, EJA e subsequente; superiores, divididos em bacharelados, licenciaturas e tecnológicos; e de pós-graduação. Sua estrutura física inclui salas de aulas arejadas, laboratórios, piscina, quadra de esportes e outras ferramentas que auxiliam as atividades extraclases. No entanto, foi possível perceber algumas fragilidades da instituição no atendimento aos jovens que permanecem em tempo integral no Instituto, como a questão da segurança e da alimentação.

Este IF possui quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio: edificações, eletrotécnica, informática e mecânica, sendo que todos possuem duração de oito semestres, conforme preconiza as bases legais para este nível de ensino. As disciplinas constantes em cada semestre são constituídas de atividades teóricas e práticas, visando contribuir para a formação do perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho.

Nota-se que os jovens que iniciam o ensino médio integrado ao ensino técnico, geralmente, possuem idade entre 13 e 15 anos de idade. Considerando essa faixa etária, Freitas (2013, p. 132) reflete que

[...] os profissionais da instituição precisam acompanhar mais de perto os primeiros semestres desses adolescentes, que além do fator idade, chegam ao instituto ainda sob um processo de encantamento historicamente constituído sobre a instituição na sociedade e se deparam com a realidade de já terem que ser autônomos e proativos, de modo a fugir da lógica da formação por competências, de sorte que esse adolescente defina mais cedo o caminho que irá seguir.

Nessa linha de raciocínio, na tentativa de compreender como ocorrem as escolhas e como esses jovens vivenciam o ensino médio integrado à educação profissional, selecionou-se como sujeitos dessa

pesquisa os alunos do primeiro semestre do curso técnico integrado de informática do IFCE – *Campus Fortaleza*.

Esse curso técnico tem duração de quatro anos e funciona no período matutino. A forma de acesso se dá por processo seletivo e a cada semestre são ofertadas 35 vagas. As matérias são teóricas e práticas, estando consolidadas em: bases científicas que integram duas áreas de conhecimento do ensino médio (Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias); em bases instrumentais voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre ele e os conhecimentos acadêmicos (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias); em bases tecnológicas que integram disciplinas específicas do curso de informática.

Segundo o plano do curso técnico integrado em informática (2005), o técnico em informática deve ser dinâmico e necessita estar em constante evolução mediante as transformações que ocorrem atualmente na sociedade. Ele deverá mostrar as seguintes competências e habilidades:

- Compreender o mundo moderno, economicamente globalizado, suas razões e as consequências advindas desse fato para as sociedades.
- Adquirir uma nova atitude de vida frente aos desafios emergentes do movimento histórico-social.
- Conhecer as relações e interações do mundo do trabalho e o significado de seu papel enquanto trabalhador neste cenário.
- Adotar os princípios de flexibilidade, de adaptação crítica, gerenciamento participativo, agilidade e decisão.
- Adotar compromisso ético-profissional (IFCE, 2005, p. 8).

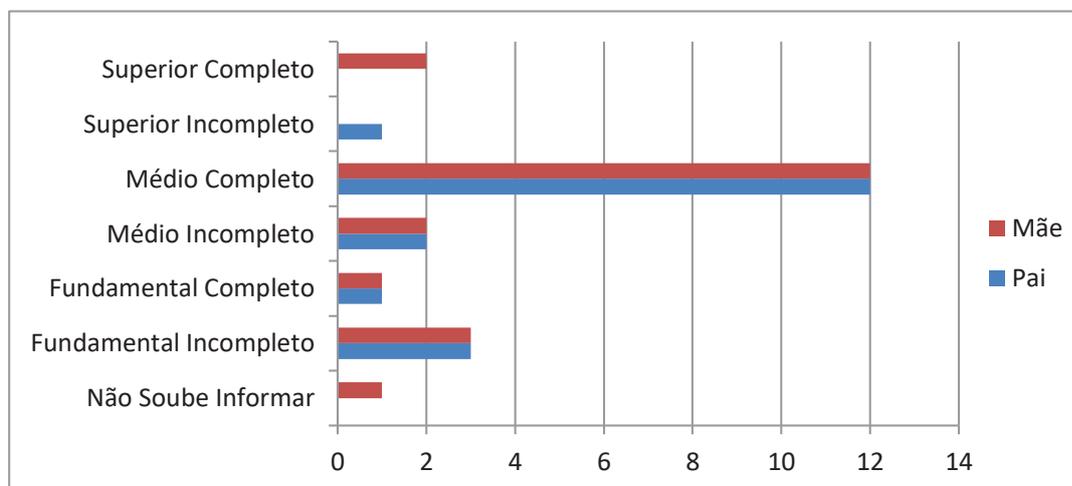
Diante do exposto, busca-se compreender os impactos dessa proposta curricular do curso técnico integrado em informática na vida dos alunos pesquisados.

Perfil socioeconômico dos alunos pesquisados

A aplicação do questionário foi realizada junto aos jovens que aceitaram participar da pesquisa e se encontravam em sala de aula. Dos 35 alunos que estavam matriculados no primeiro semestre do curso técnico integrado de informática, 21 estavam presentes e responderam ao questionário.

No que concerne à escolaridade dos pais dos alunos, foi possível observar que a quantidade de homens e mulheres é igual, predominando o ensino médio, dando a entender que seus filhos terão um nível de escolaridade igual ou maior que a de seus pais. Observe o Gráfico 1 abaixo:

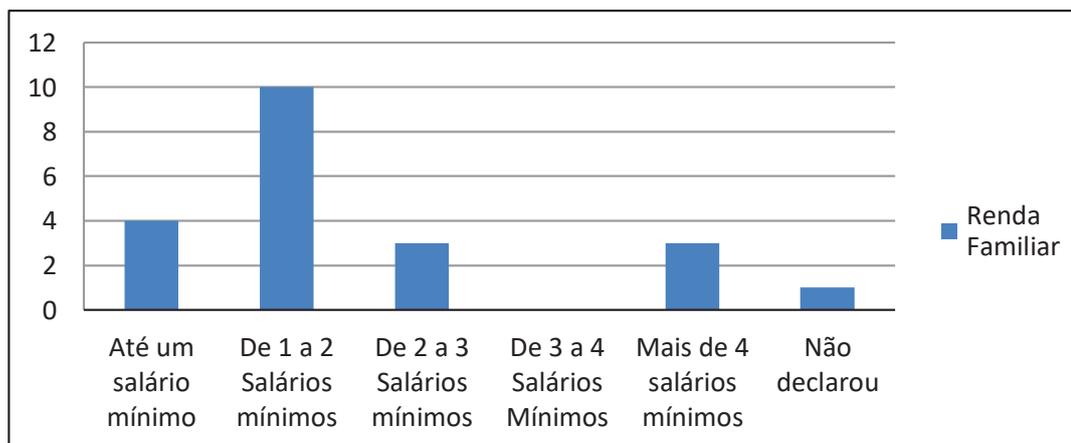
Gráfico 1: Nível de escolaridade dos pais dos alunos.



Fonte: Pesquisa direta (2015).

Ainda sobre o grau de escolaridade dos pais, foi possível verificar que a escolarização tem uma ligação direta com a renda familiar: conforme mostra o Gráfico 2, nas famílias em que os pais possuem o nível médio, a renda é maior em relação às outras que possuem escolaridade inferior.

Gráfico 2: Renda familiar dos alunos pesquisados e a escolaridade dos pais.

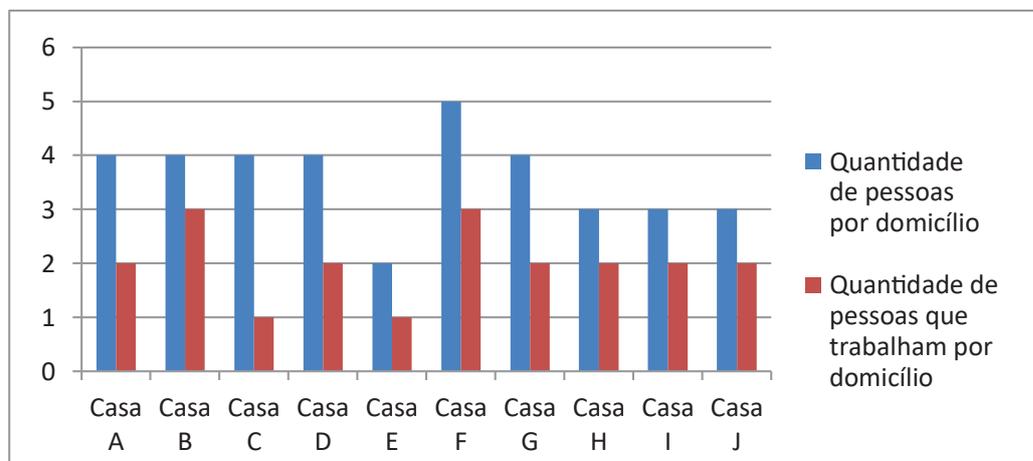


Fonte: Pesquisa direta (2015).

A renda familiar dos jovens pesquisados varia de 1 a 3 salários mínimos. Tal característica pode fundamentar o motivo pelo qual eles procuraram realizar o ensino médio integrado ao ensino técnico. Por outro lado, Santos (2013) destaca que essa realidade distancia os jovens do acesso aos bens culturais e educacionais, pontos importantes para o mercado de trabalho, mas também para a vida social.

O número de pessoas por domicílio das famílias dos alunos pesquisados varia em média de 3 a 4 pessoas por moradia. De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, o número médio de moradores por domicílio na região urbana do Ceará é de 3 a 5 pessoas. No que se refere aos que trabalham, constatou-se uma média de 2 pessoas inseridas no mercado de trabalho por residência. Observe no Gráfico 3 a relação entre a quantidade de pessoas residentes na casa e a quantidade dessas pessoas que trabalham.

Gráfico 3: Relação de moradores e trabalhadores por domicílios das famílias dos alunos pesquisados.



Fonte: Pesquisa direta (2015).

Concluiu-se que os jovens pesquisados possuem famílias pequenas, com escolarização média e renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Supõe-se que esses jovens buscam logo cedo a profissionalização como forma de inserção mais rápida no mercado de trabalho e, assim, poder colaborar financeiramente com a renda familiar e melhorar suas condições socioeconômicas.

Percepções dos jovens acerca do curso técnico integrado de informática

Os resultados da pesquisa com os alunos do curso técnico integrado de informática revelam que a grande maioria desses jovens é de origem pobre e busca o ensino integrado como meio de adquirir uma profissionalização imediata, pois eles acreditam que sairão com diploma de ensino médio e inseridos no mercado de trabalho.

A escola como meio formador foi o fator principal para os jovens pesquisados escolherem o ensino integrado: 86% optaram, por escolha própria, pelo ensino médio integrado ao ensino técnico. O horário em tempo integral também teve grande aprovação: mais da metade dos alunos indicou gostar de estudar em tempo integral, apenas

9% revelaram que não gostam e 5% não souberam opinar. Nessa linha, concorda-se com a afirmativa de que

no imaginário de muitos dos jovens cearenses e brasileiros habita a compreensão de que a conclusão de uma qualificação profissional contribui para a inserção imediata no mercado de trabalho. Porém se sabe que o processo não apresenta essa linearidade, principalmente porque as políticas de educação profissional têm, historicamente, pouca ou nenhuma articulação com as políticas de emprego e renda no Brasil (ANDRADE; SANTOS; MACAMBIRA, 2013, p. 249-250).

Quanto à importância do ensino profissionalizante, as respostas foram quase unânimes: a certeza, quase absoluta, de estarem aptos para a inserção no mercado de trabalho com a conclusão do curso. Eles se expressaram:

Dá a oportunidade para sair do Ensino Médio com uma profissão e com alguma base para o ensino superior (Jovem 1).

Ao terminar o curso profissionalizante, você já está qualificado para o mercado de trabalho (Jovem 4).

É importante para nos profissionalizarmos mais rápido, para conseguirmos um emprego (Jovem 9).

Ao terminar, já estamos aptos para o mercado de trabalho (Jovem 16).

Auxilia o jovem a se profissionalizar mais rápido (Jovem 18).

Quando terminamos a escola, já temos meio que um trabalho (Jovem 14).

Quando indagados sobre os pontos positivos e negativos do curso, os jovens continuam apontando a questão da profissionalização como principal fator positivo; dentre os negativos, questionam a sobrecarga de conteúdos, a infraestrutura dos laboratórios, a falta de material, o tempo para os estudos, a falta de auxílios, a insegurança no *campus* e também a qualidade do ensino, entre outros:

Como passamos o dia todo aqui, para estudar é basicamente impossível (Jovem 1).

Você não pode fazer outro curso durante a semana devido ao fato do horário (Jovem 4).

A falta de auxílios aos estudantes do campus, a insegurança (Jovem 6).

Deficiência de material e estrutura parcialmente comprometida (Jovem 8).

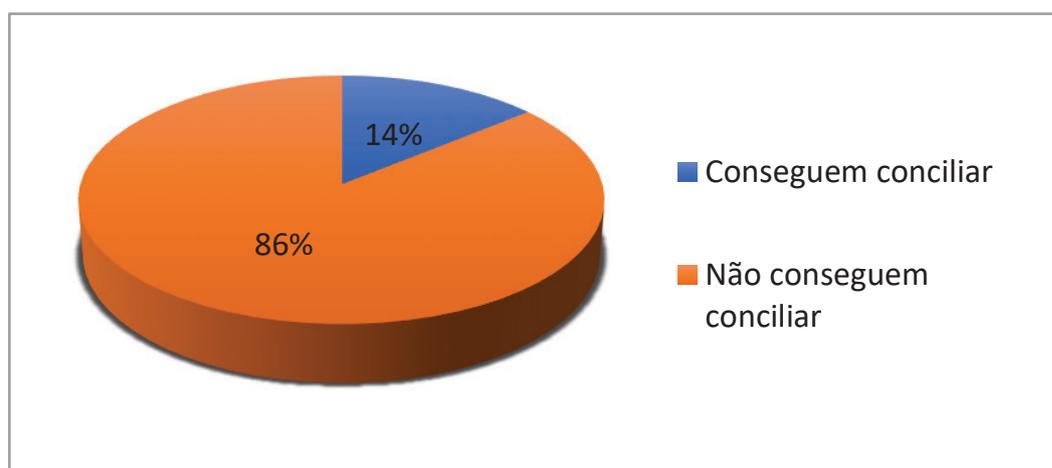
Não temos muito tempo para estudar, ficamos pouco em casa (Jovem 14).

O tempo para diversão fica muito limitado, passamos quase o dia todo estudando (Jovem 18).

Misturar o ensino médio com o profissionalizante, em alguns casos, isso diminui a qualidade do ensino (Jovem 20).

Ao serem perguntados sobre como e de que forma conciliam a vida acadêmica com a vida social, pode-se observar no Gráfico 4 que a grande maioria não tem tempo para socializações, dedicando-se quase que exclusivamente aos estudos.

Gráfico 4: Vida acadêmica e vida social dos alunos pesquisados.



Fonte: Pesquisa direta (2015).

Conclui-se que os alunos pesquisados possuem dificuldades em realizar outras atividades que não sejam aquelas relacionadas ao

curso que realizam no IFCE e, mesmo estas, são desenvolvidas com dificuldade, uma vez que o tempo em que permanecem na instituição (mesmo sendo integral) não possibilita a conclusão delas. Outro fator expressivo é a necessidade de transferir tais atividades para os espaços extraescolares, impossibilitando que estes jovens possam utilizar seu tempo para a realização de atividades culturais ou alargarem suas vivências sociais.

Essa falta de relação entre a vida social e a vida acadêmica está bem explícita nas respostas dos jovens:

Eu não tenho vida social, mas se eu tivesse seria difícil, por exemplo, não está dando para dormir direito, nem para ler meus livros (Jovem 14).

Concilio com muita dificuldade, pois são muitas matérias para estudar (Jovem 17).

Simplesmente não consigo conciliar, Às 5h saio de casa para pegar o ônibus e volto às 19h, cansada e com sono, o que atrapalha a concentração nos estudos (Jovem 1).

Na semana procuro me preocupar com a vida acadêmica. [...]. Aos finais de semana faço trabalhos, atividades, estudo para provas, o tempo que sobre procuro me divertir (Jovem 9).

Diante do exposto, evidencia-se que as atividades postas para os jovens sempre são exclusivamente de caráter educativo, não havendo uma integração com possíveis vivências e experiências que possibilitem o desenvolvimento de competências sociais fundamentais para os sujeitos sociais.

Para finalizar, os resultados da pesquisa revelaram também que os jovens pesquisados almejam ingressar no ensino superior, em cursos completamente diferentes da área de informática.

Considerações finais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) propiciou à educação profissional e tecnológica uma ampla diversificação, seja relacionada ao público abrangido, seja na forma como ele se apresenta. No que concerne ao público, podem ser encontrados jovens das mais diversas faixas etárias. Na educação profissional técnica de nível médio, por exemplo, majoritariamente eles estão na faixa etária de 15 a 17 anos de idade.

A integração curricular do ensino médio à educação profissional no Brasil, possibilitada pelo Decreto nº 5.154/2004, contribuiu para a expansão da oferta do ensino médio integrado à educação profissional na rede federal de educação profissional. A expansão nos IFETs dessa modalidade de ensino surge como forma de ampliar o acesso dos jovens das camadas sociais menos favorecidas ao ensino médio e a uma qualificação profissional, vislumbrando o seu acesso ao mercado de trabalho.

Na perspectiva dos sujeitos pesquisados, realizar um curso técnico integrado facilita o acesso a um emprego com melhores condições e salários. Acreditam ainda que por intermédio do ensino técnico terão ascensão social e trabalhos dignos.

É importante compreender, contudo, que a integração entre o ensino médio e a educação profissional é algo mais amplo que contribuir para a aquisição de competências demandadas pelo mercado de trabalho. Para Ciavatta e Ramos (2011), a integração envolve uma concepção de formação humana, que preconiza a integração de todas as dimensões da vida no processo formativo. Essa concepção de integração é baseada na concepção de trabalho como princípio educativo que, de acordo com Ciavatta e Ramos (2011, p. 31), visa

proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais consideradas como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições

naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender a relação social e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação.

Finalmente, os conhecimentos adquiridos durante a realização do ensino médio integrado podem contribuir para fortalecer os jovens brasileiros em sua emancipação, enquanto segmento social crítico e reflexivo, pelo desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, técnicas, sociais e comunicativas, elementos que avançam para além de um projeto de qualificação profissional para acesso ao mercado de trabalho.

Referências

ANDRADE, R. B.; SANTOS, G. P. G.; MACAMBIRA, J. Juventudes, educação e trabalho: o programa juventude empreendedora na percepção dos jovens egressos. In: AMARAL, M. P. do et al. **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: UECE, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Diário Oficial da União, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRISOLLA, S.; VASCONCELLOS, E. **Mulheres são minorias nas áreas tecnológicas**. 2010. Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=723> Acesso em: 15 set. 2015.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COLOMBO, I. **Brasil profissionalizado**: um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_brasil_profissionalizado.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

DAVINI, M. C. **Currículo integrado**. Brasília: Opas, 1983. Disponível em: <www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/pub04U2T8.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

DINIZ, T. M. R. G. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

FREITAS, P. F. de. **Formação de estudantes do ensino técnico integrado**: as interfaces da qualificação e da(s) competência(s). 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação. Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7570/1/2013-DIS-PFFREITAS.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

FRIGOTTO, G. et al. A política de educação profissional no Governo Lula: um processo histórico e controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 922, p. 1087-1113, ed. esp., 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IFCE. **Plano do curso técnico integrado em informática**. Coordenadoria Técnico-Pedagógica. Fortaleza, 2005.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos** (online), v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

NOGUEIRA, C. G.; CASTAMAN, A. S. História da educação profissional no Brasil: algumas considerações. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 4, 15-17, set. 2014. Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: [S.n], 2014. Disponível em:<http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT04/GT_04_x2x.PDF> Acesso em: 27 jul. 2015.

PACHECO, E. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A8337ECDC2B0137ED025BFE393C>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: <http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf> Acesso em: 27 jul. 2015.

SANTOS, G. P. dos. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In: AMARAL, M. P. do et al. **Trabalho e formação profissional**: juventudes em transição. Fortaleza: IDT, 2013.

SIMÕES, C. A. **Juventude e educação técnica**: a experiência na formação de jovens trabalhadores do colégio estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2007.

VIAMONTE, P. F. V. S. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jun. 2011.